

CARTA IBGE



ano 2 - n° 29

novembro 1996

PIB 95 foi estimado em R\$ 658 bilhões

O Produto Interno Bruto (PIB) total de 1995 foi estimado em R\$ 658 bilhões e o PIB per capita em R\$ 4.243,67. Os principais agregados econômicos mostram resultados favoráveis à avaliação da economia brasileira no ano passado. Em relação a 94, a produção de bens e serviços medida pela variação real do PIB cresceu 4,2%, enquanto a variação média dos preços, como demonstra o deflator implícito, ficou em 75% (contra 2312% em 94), caracterizando o forte declínio do processo inflacionário. O crescimento de 4,2% do produto real foi sustentado pela expansão da Agropecuária (5,1%) e dos Serviços (6,0%), pois o setor industrial teve desempenho modesto (2,0%).

Na Agropecuária, destacou-se o segmento de produção animal e derivados (11,9%), estimulado pelo aumento da demanda de proteína animal, provocado pela melhora na distribuição de renda resultante da estabilização dos preços. O desempenho das Lavouras (safra 94/95) foi bastante satisfatório, considerando que a taxa (-0,1%) ficou praticamente estável, apesar de resultar do confronto com elevada base de comparação (safra 93/94).

Nos Serviços, as Comunicações (24,7%) e o Comércio (8,5%) respondem por cerca de 80% da expansão do setor. As demais atividades cresceram a taxas pouco significativas, sendo que as Instituições Financeiras registraram queda de 7,5%, refletindo ajuste por que vêm passando os bancos, com o regime de inflação moderada.

A política monetária restritiva, em 95, influenciou

PNAD em pauta

A revista Nova Economia, editada pelo Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dedicará o primeiro número de 1997 à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A edição especial de Nova Economia circulará em maio do próximo ano com a publicação de artigos que reflitam sobre os dados tornados disponíveis pela série da PNAD, cuja última versão se refere ao ano de 1995. Para participar desta edição especial, os interessados devem entrar em contato com William Ricardo de Sá, no seguinte endereço: NOVA ECONOMIA/PNAD, CEDEPLAR-UFMG, Rua Curitiba, 832, sala 905, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais. O CEP é 30170-120. Outros esclarecimentos podem ser obtidos junto ao editor por telefone (031-201-3253), fax (031-201-3657) ou e-mail (wrsa@cedeplar.ufmg.br.). Além do IBGE, a iniciativa conta também com o apoio da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia - ANPEC.

negativamente os setores mais dependentes de crédito. A construção civil manteve o baixo nível de atividade apresentado em 94 (0,1%) e, na indústria de transformação, os segmentos de bens de capital (0,3%) e de bens intermediários (0,2%) ficaram praticamente estáveis em relação a 94. Apenas o segmento de bens de consumo apresentou expansão (6,2%), devido, principalmente, ao crescimento da farmacêutica (18,2%), bebidas (17,2%) e material elétrico e de comunicações (14,6%).

Considerando a expansão do produto real e o crescimento populacional de 1,37%, a renda real per capita cresceu 2,8% - um avanço de 2,1% em relação ao ano-base da série (1980).

A taxa real de investimentos atingiu 16,6%, superando em 1,3 pontos percentuais a observada no ano anterior. O aumento se deu no segmento de máquinas e



equipamentos, devido, principalmente, à expansão das importações de bens de capital.

No âmbito das Administrações Públicas, verificou-se um aumento real da receita corrente do Governo, devido ao bom desempenho da arrecadação de tributos e à notável redução das despesas com transferências não-constitucionais. Quanto às despesas públicas, houve pequeno aumento do consumo em relação ao PIB (de 16% em 94 para 17% em 95), em consequência do crescimento dos gastos com pessoal (de 9,3% para 10,7%, no mesmo período). Este aumento foi compensado, em parte, pela redução dos gastos com compras de bens e serviços (de 6,7% em 94 para 6,1% no ano seguinte).

O saldo entre receitas e despesas correntes do Governo - a poupança em conta corrente - continuou apresentando desequilíbrio. Houve, no entanto, significativa redução desse desequilíbrio em relação ao PIB: era de -8,0% em 94, passando para -4,6% em 95. A carga tributária ficou praticamente constante (27,9% em 94, frente a 27,7% em 95).

Em relação ao comércio exterior, ocorreu aumento expressivo, em volume, das importações (44%). A balança comercial apresentou, pela primeira vez na década de 90, saldo negativo, elevando o déficit em transações correntes para 2,5% do PIB. Contudo, graças à intensificação do ritmo de entrada de capitais estrangeiros, houve acúmulo inédito de reservas internacionais, cujo montante, em dezembro de 95, atingiu nível correspondente a aproximadamente 12 meses de importações.

Indústria sustenta retomada do crescimento

Estão cada vez mais claros os sinais de reativação na indústria. A produção industrial brasileira revelou, em setembro, crescimento de 1,3% em relação ao mês anterior. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a expansão chegou a 7,7%. Com isso, o índice acumulado no ano "ganhou" um ponto percentual, passando de -1,5% para -0,5%, de agosto para setembro. A taxa anualizada, indicador dos últimos doze meses, ficou em -1,9%.

A reativação da produção industrial atingiu, em setembro, todas as áreas pesquisadas, confirmando o quadro de melhora



generalizada que vem caracterizando o setor. No confronto com setembro de 95, a melhor marca foi obtida pelo Rio Grande do Sul (16,5%), vindo a seguir a região Sul (13,1%). As únicas áreas com resultados inferiores aos 7,7% da média nacional foram Rio de Janeiro (2,6%), Bahia (5,5%) e São Paulo (6,2%). Para os demais locais os aumentos foram os seguintes: Pernambuco (7,9%), Nordeste (8,3%), Santa Catarina (10,1%) e Paraná (11,0%). A evolução dos índices trimestrais também confirma o perfil de recuperação da atividade fabril. Apenas a Bahia e o Rio de Janeiro desaceleraram o ritmo de crescimento entre o segundo e o terceiro trimestres deste ano. Na Bahia, as taxas foram de 15,0% em abril-junho e de 4,2% em julho-setembro e, no Rio de Janeiro, de 10,6% e 2,3%, respectivamente. Entre os dois períodos, os maiores ganhos ocorreram no Rio Grande do Sul (de -3,5% para 14,2%) e em Pernambuco (de -10,1% para 5,0%).

Entre agosto e setembro, a atividade industrial aumentou em dez dos vinte ramos pesquisados, com destaque para as taxas observadas em material de transporte (5,1%), material elétrico e de comunicações (2,9%), metalúrgica (2,6%) e extrativa mineral (6,3%). Em situação oposta, ressaltou-se as quedas verificadas em mobiliário (-2,8%), borracha (-5,3%) e perfumaria, sabões e velas (-5,4%). Na análise das categorias de uso, a maior expansão ficou com os bens de consumo duráveis (5,1%). Outra área com crescimento foi a de bens intermediários (2,8%), com o patamar de produção atingindo o nível mais elevado desde fevereiro de 95. Na área de bens de capital, registra-se queda de -1,0%, a segunda consecutiva, o que leva o índice mensal de base fixa (com ajuste sazonal) ao seu patamar mais baixo dos últimos seis meses. No segmento de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, a queda de -1,1% interrompe uma trajetória de suave crescimento iniciada em março deste ano.

As taxas mensais vem revelando avanços significativos nos meses recentes: julho (9,6%), agosto (5,8%) e setembro (7,7%). No caso de setembro, o único ramo que não cresceu foi o de bebidas (-5,0%). As maiores influências na formação da taxa global vieram da metalúrgica (12,0%), material de transporte (12,7%), material elétrico e de comunicações (10,5%) e têxtil (13,7%). Segundo as categorias de uso, o comparativo setembro 96/setembro 95 revela taxas elevadas nas áreas de bens de consumo duráveis (20,5%), bens intermediários (9,7%) e bens de consumo semiduráveis e não-duráveis (5,0%). Nos duráveis, o

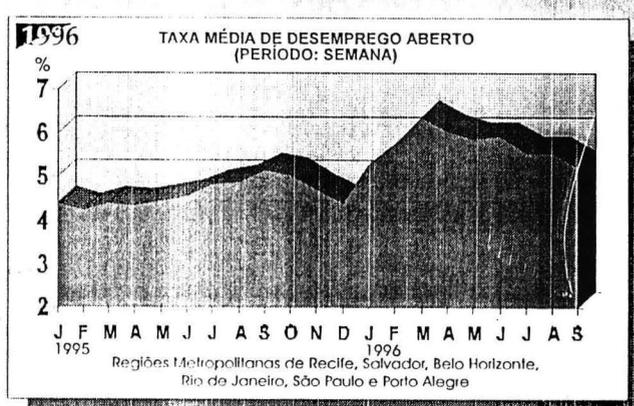
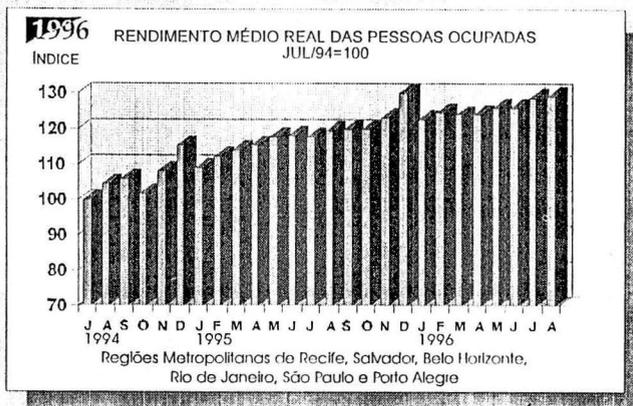
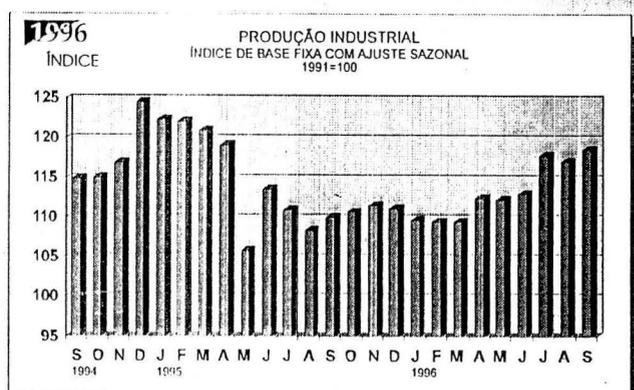
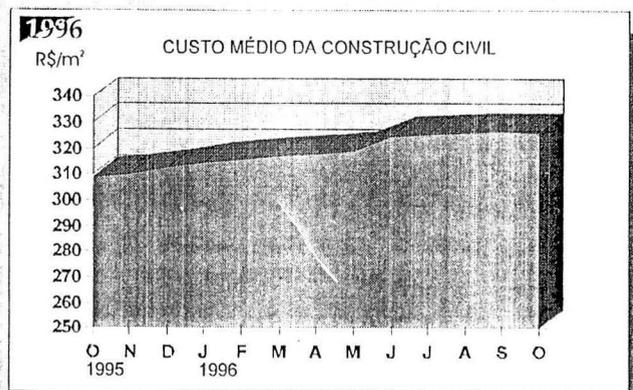
crescimento é generalizado, atingindo tanto a produção de automóveis (22,3%), como a de eletrodomésticos (19,1%), com destaque para TV em cores (41,3%). No segmento de bens intermediários o crescimento está influenciado, principalmente, pela expansão nas áreas de têxteis, extração e refino de petróleo, e no subsetor dos insumos para construção civil. No desempenho positivo dos semiduráveis e não-duráveis, há impactos importantes dos subsectores de calçados (16,6%) e dos alimentos e bebidas elaboradas para consumo doméstico (5,4%). A produção de bens de capital prossegue com comportamento negativo, ainda que ascendente. O comparativo setembro 96/setembro 95, apesar da queda de -3,3%, apresenta melhor resultado desde o início do ano. Mesmo registrando recuperação em algumas áreas, como por exemplo na de bens de capital para agricultura (61,9%), a tendência predominante na produção de bens de capital é, ainda, de queda, em função dos índices registrados em bens de capital industriais (-2,7%), construção naval (-56,2%) e caminhões (-44,6%).

A evolução recente do acumulado no ano reflete os efeitos da recuperação da atividade fabril a partir do segundo semestre. O indicador sai de uma taxa de -4,6% no final do primeiro semestre para -0,5% em janeiro-setembro. Para este resultado global os principais impactos negativos vêm dos seguintes ramos industriais: mecânica (-18,6%), têxtil (-9,0%) e material de transporte (-3,2%). As maiores influências positivas são dadas por produtos alimentares (8,0%), química (4,9%) e extrativa mineral (9,5%). Entre as categorias de uso, o índice acumulado do ano revela que bens de capital (-19,8%) é o único segmento com desempenho negativo. Bens de consumo duráveis (8,6%) sustentou ritmo de crescimento mais elevado, seguido por semiduráveis e não-duráveis (3,1%) e por bens intermediários (1,1%).

Demissões na indústria paulista puxam nível de emprego para baixo

Agosto foi um mês de queda para emprego e salários na indústria. O nível de emprego industrial caiu nas principais comparações: -0,9% de julho para agosto, -9,6% em relação a agosto do ano passado, -12,2% no acumulado do ano e -10,6% nos últimos doze meses. À exceção dos meses de maio e junho, a curva do emprego industrial tem apresentado decréscimos contínuos, de tal modo que em relação ao número de empregados em dezembro do ano passado, a perda de postos de trabalho chega a -4,6%. Este quadro de resultados negativos se repete em relação aos salários. A massa de salários pagos pela indústria encolheu 0,5% em agosto - a terceira queda real consecutiva no confronto com o mês anterior. As outras variações são as seguintes: -8,0% na comparação com agosto de 95, -7,3% no acumulado do ano e -4,2% nos últimos doze meses. Já o salário por trabalhador voltou a apresentar aumento real entre julho e agosto (0,4%). Os resultados, também foram positivos nas demais comparações: 1,8% contra agosto de 1995, 5,5% no acumulado do ano e 7,2% no dos últimos doze meses.

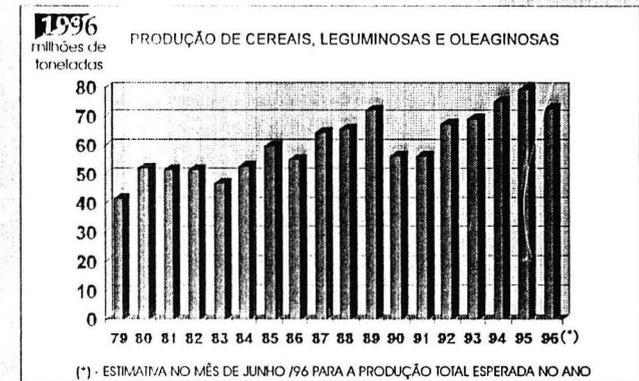
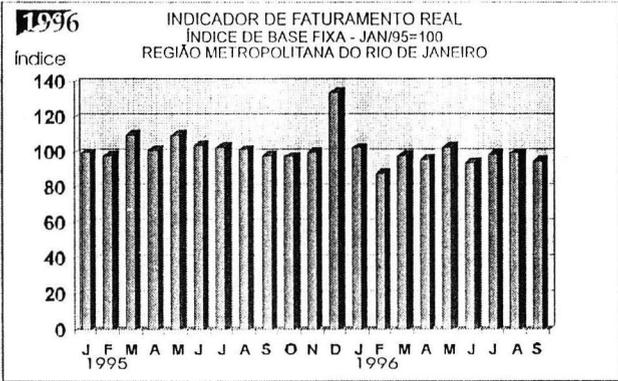
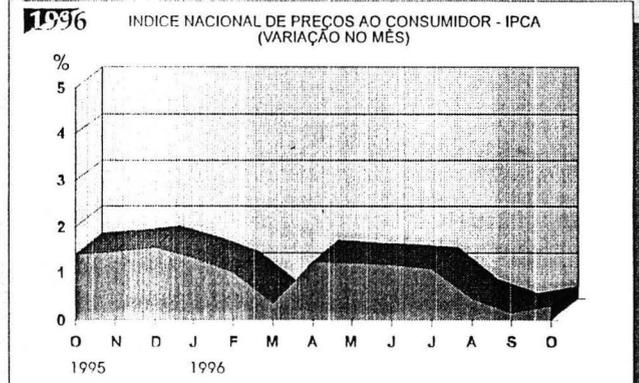
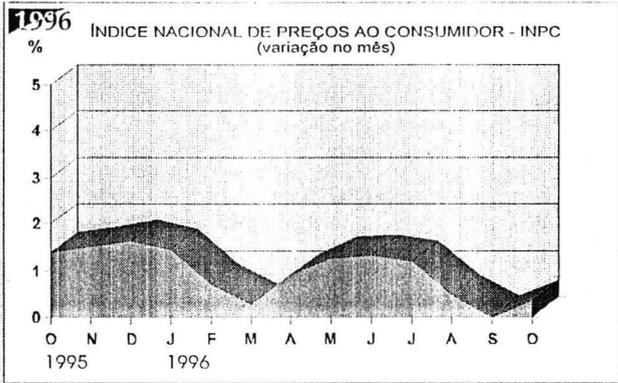
Entre julho e agosto houve retração no número de empregados em três das cinco áreas investigadas, com a mais intensa se estabelecendo em São Paulo (-1,2%), onde os segmentos que mais diminuíram o quadro de pessoal foram diversas (-3,4%) e borracha (-3,0%). A região Sul reduziu seu contingente de trabalhadores em -0,9% e a do Rio de Janeiro em -0,6%. Em Minas Gerais a variação foi nula (0,0%), enquanto no Nordeste o acréscimo foi de 0,6%.



INDICADORES CONJUNTURAIS

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	NÍVEL	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR
PRODUTO INTERNO BRUTO (índices trimestrais)				
Total (1980=100)	1996/II	136,37 (1)	1,65 (1)	0,02 (2)
Agropecuária (1980=100)	1996/II	160,92 (1)	2,19 (1)	1,38 (2)
Indústria (1980=100)	1996/II	113,52 (1)	1,86 (1)	-3,25 (2)
Serviços (1980=100)	1996/II	155,87 (1)	1,31 (1)	2,46 (2)
PRODUÇÃO AGRÍCOLA (milhões de toneladas)				
Total de cereais, leguminosas e oleaginosas (3)	Set/96(*)	72,921	-	-8,13 (4)
PRODUÇÃO INDUSTRIAL (índices mensais)				
Total (média de 1991=100)	Set/96(*)	121,93	1,32 (1)	7,74
Bens de capital (média de 1991=100)	Set/96(*)	104,18	-0,95 (1)	-3,27
Bens intermediários (média de 1991=100)	Set/96(*)	118,70	2,83 (1)	9,71
Bens de consumo duráveis (média de 1991=100)	Set/96(*)	178,56	5,12 (1)	20,46
Bens de consumo não-duráveis (média de 1991=100)	Set/96(*)	120,94	-1,13 (1)	4,95
COMÉRCIO VAREJISTA (índices mensais) (5)				
Faturamento (jan/95 = 100) (6)	Set/96(*)	95,73	-4,17	-2,06
Emprego assalariado (jan/95 = 100)	Set/96(*)	91,61	-0,04	-2,44
Salários e outras remunerações (JAN/95 = 100) (6)	Set/96(*)	111,75	0,54	7,43
MERCADO DE TRABALHO				
Taxa média de desemprego aberto (%) (7)	Set/96(*)	5,23	-5,94	0,77
Rendimento médio real (índice mensal, jul/94=100) (8) *	Ago/96(*)	128,79	0,2	8,0
Empregados c/ carteira assinada	Ago/96(*)	120,30	1,7	8,4
Empregados s/ carteira assinada	Ago/96(*)	136,80	0,8	7,7
Conta-própria	Ago/96(*)	143,76	0,2	11,2
Emprego industrial (índice mensal, 1985=100) (9)	Ago/96(*)	71,96	-0,88	-9,64
Salário médio real na indústria (índice mensal, 1985=100) (10)	Ago/96(*)	119,71	0,41	1,79
PREÇOS				
Índice de preços ao consumidor – INPC (dez/93=100)	Out/96(*)	1360,91	0,38	11,84
Índice de preços ao consumidor amplo – IPCA (dez/93=100)	Out/96(*)	1352,53	0,30	12,02
Índice de preços ao consumidor amplo especial – IPCA-E	Jul/Ago/Set	-	2,19 (11)	-
Custo médio da construção civil (R\$ / m²)	Out/96(*)	326,04	0,17	5,47

NOTAS: (1) Série com ajuste sazonal. (2) Taxa acumulada no ano. (3) Estimativa no mês de referência para a produção total esperada no ano em curso (caroço de algodão, soja, milho, trigo, arroz, feijão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada e sorgo). (4) Variação em relação à produção obtida no ano anterior. (5) Resultados da Pesquisa Mensal de Comércio para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (6) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (7) Taxa média de desemprego aberto (semana), abrangendo regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (8) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC. (9) Pessoal ocupado na produção. (10) Deflacionado pelo INPC. (11) Variação acumulada no período de referência. O IPCA-E é divulgado ao final de cada trimestre. (*) Novo nesta quinzena



VARIÇÃO DO INPC E IPCA, EM OUTUBRO, PARA AS 11 LOCALIDADES

	INPC	IPCA
RIO DE JANEIRO	-0,03%	-0,01%
PORTO ALEGRE	0,37%	0,20%
BELO HORIZONTE	0,63%	0,56%
RECIFE	0,32%	0,33%
SÃO PAULO	0,72%	0,47%
BRASÍLIA	0,12%	0,20%
BELÉM	0,35%	0,25%
FORTALEZA	0,23%	0,12%
SALVADOR	0,17%	0,12%
CURITIBA	0,20%	0,14%
GOIÂNIA	0,00%	0,05%

INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA

PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO AGOSTO/96 - VARIÇÃO (%)

REGIÕES	MÊS/MÊS ANTERIOR	MENSAL ACUM. JAN-AGO	ACUM. 12 MESES
BRASIL	-0,9%	-9,6%	-12,2%
SÃO PAULO	-1,2%	-12,3%	-14,3%
RIO DE JANEIRO	-0,6%	-9,4%	-10,5%
MINAS GERAIS	0,0%	-5,3%	-10,1%
SUL	-0,9%	-6,4%	-10,5%
NORDESTE	0,6%	-3,4%	-8,4%

SALÁRIO CONTRATUAL MÉDIO REAL AGOSTO/96 - VARIÇÃO (%)

REGIÕES	MÊS/MÊS ANTERIOR	MENSAL ACUM. JAN-AGO	ACUM. 12 MESES
BRASIL	0,4%	1,8%	5,5%
SÃO PAULO	0,3%	2,8%	6,5%
RIO DE JANEIRO	-0,2%	5,8%	8,2%
MINAS GERAIS	0,1%	-1,5%	5,3%
SUL	1,0%	1,2%	4,0%
NORDESTE	0,6%	0,7%	5,2%

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO

ESTIMATIVAS	Set/95	Ago/96	Set/96
TX DE DESEMPREGO ABERTO	5,19%	5,56%	5,23%
POR SETOR DE ATIVIDADE			
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	6,43%	6,50%	6,35%
CONSTRUÇÃO CIVIL	6,89%	5,81%	5,91%
COMÉRCIO	5,61%	6,29%	6,71%
SERVIÇOS	4,11%	4,41%	4,04%
OUTRAS ATIVIDADES	1,99%	2,39%	1,82%
DISTRIB. DAS PESSOAS OCUPADAS			
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	18,93%	18,05%	18,08%
CONSTRUÇÃO CIVIL	7,02%	7,28%	7,15%
COMÉRCIO	15,49%	15,26%	15,02%
SERVIÇOS	51,29%	52,44%	52,81%
OUTRAS ATIVIDADES	7,24%	6,95%	6,92%

Estamos na Internet com estes e outros dados
<http://www.ibge.gov.br>

Comércio varejista do Rio fatura menos setembro

O faturamento do comércio varejista da região metropolitana do Rio de Janeiro registrou em setembro uma queda real de 4,2% sobre o mês anterior. Cabe ressaltar, no entanto, que este desempenho está bastante influenciado pela diferença no número de dias úteis entre agosto e setembro (24 dias neste contra 27 no mês anterior, ao se deduzir domingos e feriados). Os resultados também foram negativos em relação a igual mês do ano passado (-2,1%) e no acumulado no ano (-5,9%). Houve queda também no nível de ocupação do setor. O emprego assalariado caiu de agosto para setembro (-0,04%), no índice mensal (-2,4%) e no acumulado do ano (-6,2%). Já para a massa de salários paga pelo comércio varejista o comportamento foi diferente. Os salários e outras remunerações pagas pelo setor tiveram expansão de 0,5% entre agosto e setembro, de 7,4% na comparação com setembro de 95 e de 1,4% no confronto janeiro-setembro deste ano contra igual período do ano passado.

Na relação setembro/agosto, o faturamento real aumentou 3,4% para o ramo outros artigos de uso pessoal (livros, discos, jóias, brinquedos, bicicletas, artigos de papelaria, artigos desportivos, material ótico e fotográfico). Outras duas atividades apuraram ganhos reais no faturamento: automóveis e motos, peças e acessórios (1,1%) e mercearias, açougues e assemelhados (0,9%). Entre as que apresentaram reduções nas vendas reais se destacaram lojas de departamentos (-23,5%), vestuário, calçados e tecidos (-10,9%), material de construção (-5,3%) e super e hipermercados (-5,0%).

Safra de 96 poderá atingir 72,921 milhões de toneladas

A estimativa da produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas para este ano poderá atingir 72,921 milhões de toneladas, 8,13% menor que a obtida no ano anterior (79,376 milhões de toneladas). Em termos regionais, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) realizado em setembro, a produção se encontra assim distribuída: Sul (34,840 milhões de toneladas), Centro-Oeste (17,504 milhões de toneladas), Sudeste (11,424 milhões), Nordeste (6,980 milhões) e Norte (2,172 milhões).

De agosto para setembro, o LSPA destaca as variações nas estimativas de produção de três produtos: algodão herbáceo em caroço (-1,83%), feijão 2ª safra (-1,07%) e trigo (-3,20). Para o algodão herbáceo, o decréscimo verificado, deve-se às reduções ocorridas nas estimativas do Paraná, Ceará, Paraíba e Piauí. Para o feijão de 2ª safra, a redução reflete na redução de 5,77% da estimativa de produção do estado da Bahia. Em relação ao trigo, o acréscimo na estimativa de produção é creditado ao bom desempenho do produto no Rio Grande do Sul, em razão das boas condições climáticas.

Na comparação com a produção obtida em 95, oito dos dezesseis produtos analisados apresentam variações positivas: batata-inglesa 1ª safra (5,86%), café em coco (37,07%), cana-de-açúcar (7,04%), feijão 2ª safra (5,96%), laranja (11,02%), milho 2ª safra (2,89%) e trigo (104,42%). Com variação negativa aparecem o algodão herbáceo (-28,63%), arroz em casca (-10,47%), batata-inglesa 2ª safra (-5,91%), cebola (-4,78%),

feijão 1ª safra (-3,84%), mandioca (-2,06%), milho 1ª safra (-13,35%) e soja (-9,67%).

Os dados de julho da Pesquisa Mensal de Abate de Animais e de Leite Destinado às Indústrias, comparados com os de julho de 95, apontaram taxas crescentes nos abates de bovinos (4,7%), aves (11,8%) e suínos (11,9%). A produção de leite destinado às indústrias teve queda de 0,6%. Na comparação do acumulado dos seis primeiros meses do ano com mesmo período de 95, todos os segmentos da produção pecuária obtiveram bom desempenho,



destacando-se o abate de suínos (11,8%), bovinos (9,2%) e aves (6,9%). A produção de leite destinado às indústrias, neste mesmo período, aumentou 7,6%. De junho para julho deste ano, a produção pecuária registrou crescimento no abate de aves (15,2%), de suínos (11,1%) e de bovinos (4,6%). No mesmo período, a produção de leite destinada às indústrias recuou 0,8%.

Custo da construção civil caiu em outubro

O custo médio nacional da construção civil apresentou queda de -0,17%, de setembro para outubro, ficando em R\$ 326,04 por metro quadrado. A variação foi de 4,30% no acumulado do ano e de 5,47% nos últimos doze meses. Na composição do custo nacional a parcela dos materiais (R\$ 206,54) teve variação mensal de -0,28% e a relativa à mão-de-obra (R\$ 119,50) ficou praticamente estabilizada, com apenas 0,03%.

As regiões Norte e Nordeste ainda se destacam com o maior e o menor custo: R\$ 367,67 e R\$ 305,78, respectivamente. O Norte também apresentou as maiores altas de setembro para outubro (0,52%), no ano (7,55%) e em doze meses (8,75%). O Sul apresentou a variação percentual mais baixa no mês (-0,58%) e em doze meses (3,74%), cabendo ao Sudeste a menor taxa no ano (2,73%). As parcelas dos materiais variaram entre 0,85% (Norte) e -1,08% (Sul). Já as variações apuradas para mão-de-obra situaram-se entre 0,21% (Sul) e -0,57% (Centro-Oeste).

Por estados, os custos médios mais elevados foram: Roraima (R\$ 477,43), Amazonas (R\$ 382,22), Pará (R\$ 363,37), São Paulo (R\$ 360,78) e Tocantins (R\$ 353,30). Os menores custos ocorreram no Espírito Santo (R\$ 248,01), Minas Gerais (R\$ 264,22), Pernambuco (R\$ 273,69), Sergipe (R\$ 274,11) e Piauí (R\$ 286,03). Quanto às variações mensais, na região Norte a maior ocorreu em Tocantins (1,70%) e a menor no Acre (0,07%); no Nordeste a maior ficou com a Paraíba (1,37%) e a menor no Ceará (-1,08%); no Sudeste a mais alta coube a Minas Gerais (0,12%) e a mais baixa ao Espírito Santo (-1,26%); no Sul, os destaques ficaram com Santa Catarina (0,01%) e o Paraná (-0,78%) e, finalmente, no Centro-Oeste, a taxa mais alta coube a Goiás (0,41%) e a mais baixa ao Distrito Federal (0,28%). O SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) é produzido pelo IBGE através de convênio com a Caixa Econômica Federal.

Taxa anualizada do INPC cai para 11,84% em outubro

A inflação dos últimos doze meses medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) caiu, em outubro, para 11,84%, contra os 12,98% registrados em setembro. Para o IPCA, (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), a queda foi de 13,26%, em setembro, para 12,02%, em outubro. De um mês para o outro, o INPC, que mede a variação de preços com base no consumo das famílias com renda de um a oito salários mínimos, apontou alta de 0,36 ponto percentual em relação ao resultado de setembro (0,02%), ficando em 0,38%. Elevação menor foi apurada para o IPCA - índice baseado no consumo de famílias com renda de um a 40 salários mínimos -, que passou de 0,15% para 0,30%, entre setembro e outubro.

O maior resultado por grupo, apurado pelo INPC, foi o de Habitação (1,44%). Pelo mesmo índice, a variação de preços foi negativa em Artigos de Residência e Despesas Pessoais, com -0,15% e -0,54%, respectivamente. Para os demais grupos, os resultados foram: Transporte e Comunicação (0,05%), Alimentação e Bebidas (0,27%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,31%) e Vestuário (0,67%).

Das onze localidades pesquisadas pelo IBGE, o Rio de Janeiro foi a única a registrar deflação. Nesta região metropolitana, dos sete grupos analisados quatro apresentaram variações negativas e um apontou variação nula: Alimentação e Bebidas (-0,46%), Artigos de Residência (-0,27%), Vestuário (-0,59%), Despesas Pessoais (-0,08%) e Transporte e Comunicação (0,00). Já em São Paulo, cujo INPC saiu de 0,28% para 0,72%, os principais responsáveis pela alta foram os resultados de Habitação (2,24%) e Vestuário (1,97%). Neste último grupo, o aumento das roupas femininas chegou a 4,00%.

Entre as principais variações do INPC do mês de outubro, destacam-se as altas verificadas em cereais, leguminosas e oleaginosas (5,41%), carnes frescas e vísceras (4,01%), aves e ovos (2,00%), óleos e gorduras (2,48%), habitação (1,93%) e roupas femininas (1,86%). Em contrapartida, contribuíram para conter a taxa do mês as variações de tubérculos, raízes e legumes (-3,71%), hortaliças e verduras (-2,54%), leite e derivados (-1,41%) e panificados (-1,50%).

Desemprego passa de 5,56% para 5,23% em setembro

Os resultados para o conjunto das seis regiões metropolitanas abrangidas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), em setembro, apontaram crescimento de aproximadamente 1% para a população economicamente ativa, em função do crescimento de 1,3% da população ocupada e da queda de 4,7% da população desocupada, em relação ao mês de agosto. Isto fez com que a taxa média de desemprego aberto caindo pelo terceiro mês consecutivo, passando de 5,56% para 5,23%. A taxa média de desemprego aberto caiu em todas as regiões: Recife (de 7,04% para 6,13%),

Salvador (de 8,48% para 7,49%), Belo Horizonte (de 4,80% para 4,38%), Rio de Janeiro (de 3,70% para 3,56%), São Paulo (de 5,96% para 5,74%) e Porto Alegre (de 6,19% para 6,05%).

O número de pessoas ocupadas cresceu nos setores de serviços (2%) e da indústria de transformação (1,5%), caindo 0,4% no comércio e na construção civil. O número de pessoas trabalhando por conta própria cresceu 3,2%, o de empregados com carteira 1,4% e o de empregados sem carteira (-0,4%) caiu ligeiramente.

O rendimento médio real das pessoas ocupadas manteve-se praticamente constante de julho para agosto deste ano, mas a desagregação por setor de atividade mostra que o setor de serviços, com 1,6%, apresentou a variação positiva mais significativa. A indústria de transformação e o comércio



apresentaram queda de 2% e de 1,4%, respectivamente. Entre as categorias de ocupação, o rendimento médio dos empregados com carteira foi o que apresentou maior variação positiva: 1,7%. Regionalmente, o único acréscimo no rendimento médio ocorreu em São Paulo (3,2%), enquanto Salvador, na outra ponta, registrou perda de 7,4%. O rendimento médio real das pessoas ocupadas caiu 0,9% em Belo Horizonte, 1,6% em Porto Alegre, 2,5% em Recife e 3,5% no Rio de Janeiro.

A comparação dos resultados de setembro deste ano com os de setembro do ano passado, mostra que a população economicamente ativa e a população ocupada cresceram 4,5% e a população desocupada, 4,9%. A taxa média de desemprego aberto desacelerou substancialmente seu ritmo de crescimento: o aumento ficou em apenas 0,8% em setembro, contra uma variação 13,5% no mês anterior.

O número de pessoas ocupadas aumentou 7,7% no setor de serviços, 6,4% na construção civil, e 1,1% no comércio. No setor da indústria de transformação não houve alteração significativa. Já entre as categorias de ocupação, o número de pessoas trabalhando por conta própria aumentou 9,2%, o de empregados sem carteira 7,1% e o de empregados com carteira assinada 1,1%. O número de empregadores manteve-se constante.

O rendimento médio real das pessoas ocupadas, de agosto do ano passado para agosto deste ano, aumentou 8%, com destaque para as variações ocorridas nos setores da construção civil (12,5%) e de serviços (10,6%). Entre as seis regiões metropolitanas analisadas pela PME, o rendimento caiu apenas em Porto Alegre (-3,1%). Os acréscimos foram mais acentuados no Rio de Janeiro (14,5%), em Recife (13,1%) e Salvador (10,2%). O rendimento médio real das pessoas ocupadas aumentou 4,1%, em Belo Horizonte, e 7,1%, em São Paulo.



CARTA IBGE

Coordenador do projeto e editor

Carlos Vieira (Reg. Prof. N° 18.508MTb-RJ)

Assistentes - Adilson Ribeiro, Fátima Santos, Fernando Portugal, Sheila Riera e Regina Mac Cord

publicação mensal da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, produzida pela Coordenação-Geral de Comunicação Social
Av. Franklin Roosevelt, 188 - 9° andar - Rio de Janeiro/RJ
Tel. (021) 220-0411 / Fax (021) 262-5429
Endereço na Internet: <http://www.ibge.gov.br>
E-mail: ccs@ibge.gov.br

Impressão e circulação - Centro de Documentação e Disseminção de Informações - CDDI

Tiragem: 26.400 exemplares

Carta IBGE é um projeto integrado do qual participam, ainda, a Diretoria de Pesquisas (Francisco Alchome), a Diretoria de Geociências (Angelo Pavan) e o CDDI (Delfim Teixeira).

Nesta edição foram utilizados dados disponíveis até 26/11/96

Entregue aos Correios até o dia 19/12/96.